5
O sujeito (re)configurado

Os sujeitos humanos existem agindo sobre o mundo, transformando a realidade e se transformando a si mesmos.[197]

No discurso da responsabilidade social empresarial, encontramos uma valoração do sujeito, em todas as instâncias do modelo capitalista flexível. Por conseguinte, as corporações introduziram a preocupação com o sujeito na já famosa *fórmula* do envolvimento com a degradação do meio ambiente.

O desenvolvimento da chamada responsabilidade social por parte das empresas, conforme relata Yunus[198], apresentou-se como uma resposta para a pobreza global e as mazelas sociais. Diversos setores da sociedade pressionaram as corporações *para que modificassem suas políticas relativas a trabalho, meio ambiente, qualidade do produto, precificação e comércio justo*.

O sujeito que ocupava lugares invisíveis na economia de mercado passou a representar o núcleo central das responsabilidades sociais empresariais. Desta forma, as associações comunitárias passaram a ter uma visibilidade diferenciada no mercado. Porém, podemos ressaltar dois tipos de visibilidade: no primeiro caso, interessa à empresa *adotar* uma comunidade, como forma panfletária, através de uma atitude assistencialista. No segundo caso, a comunidade, organizada em associações, ocupa um espaço na empresa como um dos elos da cadeia produtiva. Trataremos, assim, da (re)configuração do sujeito no segundo contexto, quando nos reportarmos às associações comunitárias como parte do processo de flexibilização do modelo produtivo capitalista.

> Passamos a compreender melhor que o tempo das mudanças ecossistêmicas - a exemplo dos ritmos de destruição das florestas tropicais, de perda da biodiversividade ou de aumento anual da concentração de gases produtores do efeito estufa - é tão importante quanto o tempo de evolução de conhecimento

[197]KONDER,Leandro.*Os Sofrimentos do Homem Burguês*. São Paulo: Senac, 2000, p.36.

[198]YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo***.** São Paulo: Editora Ática, 2008, p.31.

> científico e geração de inovações técnicas, o tempo dos investimentos econômicos e das mudanças culturais e políticas.[199]

Procuramos, desta forma, direcionar nossa atenção para aquelas comunidades em que ao sujeito são possibilitadas capacitações para que as oportunidades de entrada no capitalismo flexível se efetue. Sendo assim, lançamos mão da conceituação, já exposta, de Amartya Sen, no subcapítulo 4.2, sobre o desenvolvimento como liberdade. Dentre tantas associações comunitárias, foi promovido um recorte, para que fosse observado este processo denominado, neste trabalho, de (re)configuração do sujeito. Este processo tem por objetivo apontar e refletir sobre o sujeito e as possíveis transformações que ocorrem no seu entorno, por conta da sua inserção no modelo do capitalismo flexível.

Neste recorte, optamos por identificar comunidades que trabalham com extrativismo não madeireiro. Seguindo esta trilha chegamos à primeira associação comunitária brasileira que recebeu certificação internacional: a comunidade de Santo Antonio de Abonari, na Floresta Amazônica. Ao fim deste capítulo, abriremos as cortinas que envolveram a visita a esta comunidade.

5.1
A responsabilidade social e ambiental

Trataremos aqui, neste subcapítulo, da responsabilidade social e da responsabilidade ambiental abordadas em conteúdos diferenciados. Esta explicação se faz necessária, pois muitos teóricos incorporam esta questão em uma única denominação: socioambiental. Reforçamos este descolamento, por ora, para esclarecermos que a responsabilidade social empresarial constitui um termo bastante visitado pelas empresas que introduziram em seus projetos o sujeito como foco determinante. A responsabilidade ambiental desta forma, é entendida como um dado inerente a esta questão. O que está em jogo, agora, não é somente a degradação ambiental, mas a degradação humana que transforma indivíduos em refugos, restos descartáveis. Uma das variáveis

[199] SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia*: teoria e prática do desenvolvimento. Org. Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007, p.19.

decorrente deste processo terá especial atenção: a questão da inclusão social e sua interface com o campo do Design.

> A produção de "refugo humano" ou, mais propriamente, de seres humanos (os "excessivos" e "redundantes", ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernidade, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como "deslocadas", inaptas ou "indesejáveis") e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de "ganhar a vida" e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência).[200]

Permita-me introduzir uma câmera no *ir* e *vir* da sociedade urbana e congelar algumas cenas do seu cotidiano. Identificamos - na maior parte da vezes - através dos artefatos que cercam os indivíduos, a que classe eles pertencem, a que *tribo* se reportam. Estes indivíduos estão incluídos em campos e tribos legitimados pelos valores simbólicos impregnados nos objetos. Para ocorrer o pertencimento a certo campo, faz-se necessário cobrir, vestir, enfeitar o corpo e se munir de todos os acessórios que enfeitam nossas vidas: do celular à geladeira. O que pretendemos, por ora, é não perder de vista esta falsa inclusão revestida e coberta pelos artefatos globalizados pelo sistema industrial.

Através deste novo foco lançado sobre os artefatos na nossa contemporaneidade, ressaltamos uma reflexão sobre juventude e violência, de Soares:

> De todo modo, mesmo iludindo-se com o ardil da moda, mesmo enganando-se – como aliás todos os jovens (e os não - tão - jovens) das camadas médias e das elites -, os jovens invisíveis copiam os hábitos dos outros para identificar-se com os outros, passando a valer o que eles valem para a sociedade. Inclusão é o sonho; respeito é a utopia.[...].[201]

Neste percurso, nos limiares dos desejos e necessidades introduz-se a noção de "visibilidade do jovem excluído". Importante sublinhar, que na nossa sociedade, conforme relata Soares, o que importa não é o produto em si, mas a valorização que traz a reboque: sua "marca". Para que este jovem se torne *visível*, reconhecido e valorizado, o que é supérfluo, neste contexto, torna-se

---

[200] BAUMAN, Zigmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.12.

[201] SOARES, Luiz Eduardo. *Juventude e violência no Brasil contemporâneo*. in NOVAES,Regina e VANNUCHI,Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade:Trabalho, Educação,Cultura e Participação* .São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.148.

essencial. As peças do jogo foram invertidas. O estômago, neste caso, não é a primeira necessidade. A sociedade do falso prestígio contamina todas as classes sociais.

Este quadro apresenta um dos lados desta questão. Porém, vale ressaltar o pensamento de Adam Smith que estabeleceu uma ligação estreita entre privação cultural e pobreza econômica. De acordo com Smith[202], não são somente os índices de privação física, como a fome, que identificariam a pobreza. Existem *mercadorias,* consideradas essenciais, em cada cultura, *que estabelecem uma importante relação entre rendimentos relativos e capacidades humanas absolutas*. De acordo com Veiga[203], esta afirmação foi colocada no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004. Veiga exemplifica esta questão, relatando o período histórico na Inglaterra em que se identificava a dignidade do indivíduo através do uso de sapatos de couro. Da mesma forma Stallybrass[204] nos revela a importância do casaco de Karl Marx em suas pesquisas no Museu Britânico. Como Marx passava dificuldades financeiras, durante o verão entregava-o à casa de penhores. Porém, no inverno tinha dupla finalidade: aquecê-lo do frio e *distingui-lo como um cidadão decente que pudesse entrar no salão de leitura do Museu Britânico*.

O que se pretende ressaltar, neste contexto, é a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a descartabilidade dos bens de consumo, substituídos de forma assustadoramente acelerada na pós-modernidade. Os sapatos de couro, que naquela Inglaterra eram considerados um bem para ser herdado, hoje, são trocados a cada estação, de acordo com o discurso da moda, representado por quem está consagrado neste campo. Ao mesmo tempo em que este discurso realça o comprometimento dos artefatos no processo da demarcação do indivíduo em determinado espaço social, também pode produzir uma falsa inclusão social.

---

[202] Adam Smith (1723-1790). Filósofo escocês, considerado pai da economia. Suas teorias fundaram a escola clássica da economia. A Riqueza das Nações é considerada sua principal obra. In: ROHMANN, Cris. *O Livro das Idéias*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 367.

[203] VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável*: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

[204] STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx:* roupas, memória, dor. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.56.

Este cenário que ora apresentamos nos serviu para iniciarmos uma reflexão sobre o tema que sustenta este capítulo: a responsabilidade social e ambiental exercida pelas empresas. Conforme o texto apresentado a seguir, fala-se de Responsabilidade Empresarial de forma a englobar, dentre outras variáveis, a questão social e ambiental.

De acordo com o discurso formal, largamente anunciado por institutos legitimados pelo campo empresarial[205],

> A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tornou-se um fator de competitividade para os negócios No passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos. Depois, veio a onda da qualidade, mas ainda focada nos produtos e serviços.Hoje, as empresas devem investir no permanente aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e com os quais se relacionam: clientes, fornecedores, empregados, parceiros e colaboradores. Isso inclui também a comunidade na qual atua, o governo, sem perder de vista a sociedade em geral, que construímos a cada dia.
> Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes.
>
> [...] A maneira como as empresas realizam seus negócios define sua maior ou menor Responsabilidade Social Empresarial. O conceito da RSE está relacionado com a ética e a transparência na gestão dos negócios e deve refletir-se nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios.
> De um modo mais simples, podemos dizer que a ética nos negócios ocorre quando as decisões de interesse de determinada empresa também respeitam o direito, os valores e os interesses de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são por elas afetados. Assim, uma empresa pode oferecer o melhor produto ou serviço imaginável para seus consumidores e clientes, mas não estará sendo ética em suas relações com a sociedade se, por exemplo, no desenvolvimento de suas atividades não se preocupar com a poluição que gera no meio ambiente.
> Transparência é outro conceito que muito tem a ver com ética. A falta de transparência na condução dos negócios pode prejudicar não só clientes e consumidores, mas também a própria empresa. Se ela sonega, por exemplo, uma informação importante sobre seus produtos e serviços, poderá ser responsabilizada, mais tarde, por omissão.
> Responsabilidade Social Empresarial, portanto, diz respeito à maneira como as empresas realizam seus negócios: os critérios que utilizam para a tomada de decisões, os valores que definem suas prioridades e os relacionamentos com todos os públicos com os quais interagem. [...]

[205] Cartillha formulada pelo Instituto Ethos e Sebrae . Disponível em: http:// www.ethos.org.br. Acesso 5 out.2007.

Cabe, neste contexto, também salientar o destaque exercido pelo Pacto Global, -iniciativa desenvolvida pela ONU, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a

> adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios[206]. Essa iniciativa conta com a participação de agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje já são mais de 5.200 organizações signatárias articuladas por 150 redes ao redor do mundo.As empresas participantes do Pacto Global são diversificadas e representam diferentes setores da economia, regiões geográficas e buscam gerenciar seu crescimento de uma maneira responsável, que contemple os interesses e preocupações de suas partes interessadas - incluindo funcionários, investidores, consumidores, organizações militantes, associações empresariais e comunidade. O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, através de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras. [...][207]

Todavia, o mundo empresarial se apropria dos temas de responsabilidade social e ambiental, na maior parte das vezes, como ferramentas de *propaganda*, deslocando para este fim, recursos superiores aos que deveriam estar sendo investidos nos próprios projetos. Os indicadores e prêmios de responsabilidade *socioambiental*, correm o risco de se tornar um veículo de divulgação das organizações, enquanto isto o foco central se perde, e fica esquecido, após a premiação, “no fundo da gaveta” de algum burocrata. Interessa, enquanto fizer parte do “plano de negócios”. Mas a que negócios estamos nos reportando? Os de curto prazo, que concedem apenas visibilidade - como, por exemplo, a doação de inúmeros computadores para uma comunidade -, ou os de longo prazo, que *capacitam* as pessoas da comunidade a fazerem uso da tecnologia disponibilizada através dos computadores? Enfatizamos a segunda opção por se encontrar mais próxima da responsabilidade socioambiental. Contudo, simultaneamente a esta ação de capacitação devem ser criadas condições no

---

[206] *O Pacto Global advoga dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional doTrabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*.
Cf. http://www.pactoglobal.org.br/dezPrincipios.aspx. Acesso 2 agost.2008.

[207] Disponível em http:// www.pactoglobal.com.br. Acesso 2 agost.2008.

entorno social e ambiental fazendo valer, inclusive, os direitos do indivíduo de se locomover, satisfatoriamente, no seu território, com os seus direitos assegurados. Direitos à saúde, à proteção contra a violência - não importando o agente. Enfim, direitos de cidadania e de pertencimento ao meio ambiente.

No mundo contemporâneo, *a credibilidade das empresas está atrelada ao grau de responsabilidade que assumem diante dos problemas que afligem o mundo.*

> [...] Está ocorrendo uma evolução do conceito de responsabilidade legal para o conceito de responsabilidade moral, ambas configurando a nova ordem da responsabilidade civil. A conformidade legal tende a evoluir para incluir a responsabilidade moral das empresas, especialmente daquelas detentoras de passivos passados ou futuros, sempre que percebidas pela sociedade como irresponsáveis.[208]

Importante acrescentar a todo este quadro de preocupações, e pseudopreocupações com as classes menos favorecidas, a observação de Sachs[209]: *"os pobres das áreas rurais e urbanas precisam de fogões aperfeiçoados, lâmpadas e congeladores funcionando com energia solar, filtros de água etc., antes de ter acesso aos eletrodomésticos disponí*veis *para os estratos mais ricos da população".* Por conseguinte, acrescentaríamos a esta lista de reinvidicações uma ação completa de infra-estrutura para uma vida digna. Neste quadro, o campo do Design deve atuar com grande comprometimento, distante dos holofotes do design de mercado.

Se uma das premissas para iniciarmos algum caminho para equlibrarmos a *construção* da suposta sustentabilidade é constituída em ações efetivas para a erradicação da pobreza - ações que não privilegiam o assistencialismo e a filantropia -, iniciaremos um questionamento sobre os fundamentos das ações de responsabilidade socioambiental que interferem nos quadros de degradação e que não deveriam se tornar, apenas, meros índices sociais e ambientais de infindáveis relatórios.

No contexto aqui desenvolvido, trataremos esta *responsabilidade* como fator condicionante para se estruturar uma ação, ou projeto no campo do Design. Todavia, podemos até questionar o uso da palavra *responsabilidade*, quando o que se pretende discutir não é a posição - preconceituosa - que coloca *os do*

---

[208] ALMEIDA, Fernando. *Os Desafios da Sustentabilidade*: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p.94-95.

[209] SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p.54.

topo da pirâmide ou os que detêm certo poder, em diferentes instâncias, como responsáveis *pelos da base da pirâmide.* Mas, o que se pretende é promover uma reflexão sobre as questões que pertencem à abordagem do enfrentamento das desigualdades.

Na formatação conceitual de responsabilidade socioambiental, percebe-se, amalgamado, um sentimento de culpa a ser reparado por aqueles que se encontram em posições privilegiadas.

Sendo assim, passamos a considerar relevante, para este trabalho, a inserção das associações comunitárias no processo produtivo como uma forma de impulsionar o desenvolvimento (com liberdade)[210] destas pessoas, capacitando-as, e não as tratando como uma mera reprodução de um artefato exótico para ser admirado numa *vitrine pós-moderna*.

5.2
As associações comunitárias como parte do processo de flexibilização do modelo produtivo capitalista

O problema crucial é definir o tipo de industrialização capaz de gerar o verdadeiro desenvolvimento.

Celso Furtado

Iniciamos este subcapítulo produzindo algumas pinceladas sobre a nova adjetivação atribuída ao capitalismo, qual seja, ser flexível. A expressão "capitalismo flexível" pertence a uma nova época, em que a rigidez das instituições deu lugar à agilidade e à não linearidade dos processos produtivos. O risco é maior, as surpresas se transformam em ansiedades. As certezas de um trabalho que perdura por uma vida, acabaram.

[210] Cf. Fundamentos de Amarya Sen desenvolvidos no capítulo 4 desta tese da p.95 à p.100.

O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um trabalho para outro.

***Richard Sennett*[211]**

No modelo produtivo regido pelas normas da flexibilização, conforme relata Sennett[212], as comunidades distanciadas dos grandes centros urbanos estão sendo introduzidas no mercado de trabalho através da fragmentação da linha convencional de produção. Anteriormente, o espaço delimitado da produção definia o seu modelo. A linha de produção, na nossa contemporaneidade, não apresenta uma linearidade espacial. Diferentes países, diferentes comunidades participam da composição de um produto. A lógica produtiva acompanha a fluidez da pós-modernidade. A economia é dedicada ao curto prazo.

No capitalismo flexível, são articulados diversos espaços físicos, em diferentes territórios geográficos, para atender a esta nova lógica do mercado. Esta nova lógica permitiu que as empresas, ao redor do mundo, buscassem mão-de-obra mais barata em lugares em que a carência de empregos é extrema. Com o objetivo de inserir comunidades no processo produtivo - que estão localizadas distantes dos centros urbanos - iniciou-se um processo de formalização das associações comunitárias. Por um lado, os interesses das empresas são atendidos na utilização destas pessoas *por um preço mais em conta.* Por outro, também podem propagar seu comprometimento com a responsabilidade social.

Porém, neste processo de flexibilização, também tem ocorrido um quadro desolador: *a introdução do trabalho escravo.* A exploração do trabalho escravo, ou do trabalho sem qualquer tipo de vinculação legal, não se torna visível na contabilidade do PIB. Ao contrário, todos os infortúnios de agressão aos direitos humanos, se não são desvendados, auxiliam no crescimento do PIB de uma nação. Aumentar a riqueza material de um país não quer dizer, necessariamente que a riqueza intangível - a verdadeira riqueza - esteja em um patamar elevado.

O campo do Design precisa tomar conhecimento dos bens intangiveis que se encontram camuflados nos produtos. Aqueles, por exemplo, ditos verdes, ou que

---

[211] SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Tradução Marcos Santarrita. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. Prefácio. p.9.

[212] *Idem*. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

utilizam mão-de-obra de comunidades. A que preço é vendido o despreparo destas associações comunitárias? O designer investiga as interferências que ocorrem nas comunidades - por conta dos produtos por ele projetados - quando faz uso do trabalho dessas associações ?

GAP CORTA FORNECEDOR ACUSADO DE EXPLORAR TRABALHO INFANTIL

AP

A AMERICANA GAP suspendeu o contrato com um fornecedor indiano após denúncia da imprensa britânica de que crianças em Nova Délhi eram usadas na produção de roupas para a linha GapKids. A polícia indiana libertou ontem 14 crianças que trabalhavam até 16 horas por dia na fábrica, sem pagamento. Os mais novos tinham dez anos. Um deles disse aos jornalistas ter sido vendido pelos pais. A GAP abrirá uma investigação interna.

Figura 15 - Notícia Jornal O Globo[213]

Assim como ocorreu com a GAP, em notícia veiculada em jornal de grande circulação também a Nike já se viu envolvida num episódio, que conforme enfatiza Almeida[214], se tornou emblemático.*"Quando a Nike foi denunciada por utilizar o trabalho de crianças em suas unidades fabris, mesmo terceirizadas, o castigo foi a perda de mercado mundial".*

A irresponsabilidade social fica bem visível quando estas denúncias são efetivadas. Porém, existem inúmeros casos em que o desrespeito com o trabalho das comunidades está embutido no plano de negócios de várias empresas, nacionais e transnacionais. Para que este procedimento seja evitado, faz-se necessário um apoio constante destas comunidades, por orgãos do governo para assessorar suas parcerias comerciais. No capítulo a seguir será

[213] DELMAS, Maria Fernanda. *Negócios & Cia*. O Globo: Rio de Janeiro, 30 out. 2007, Caderno de Economia, p.26.

[214] ALMEIDA, Fernando. *Os Desafios da Sustentabilidade*: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p.95.

abordada esta questão, ao nos reportarmos à Comunidade de Santo Antônio de Abonari, no Estado do Amazonas.

> [...] Como lidar com a heterogeneidade estrutural, tanto econômica quanto social? Uma das definições do subdesenvolvimento insiste na impossibilidade de se empregar toda força de trabalho disponível mediante a adoção de tecnologias avançadas, por falta de capital suficiente. Daí a necessidade de se achar um equilíbrio entre as metas de modernização e industrialização, de uma parte, e, de outra, a promoção do pleno emprego e/ou o auto emprego sem perder de vista a necessidade de aumentar continuamente a produtividade do trabalho, em ultima instância, a fonte do progresso econômico.[215]

Sachs[216] acentua que no nosso sistema econômico, mesmo os países em desenvolvimento possuem uma configuração formada por *arquipélagos*, de alta produtividade do trabalho, e um *oceano* - de atividades de produtividade baixa ou muito baixa - onde a maior parte das pessoas nadam tentando sobreviver. Porém, não será devido ao crescimento rápido de empresas modernas que acontecerá a inserção deste *oceano* no sistema produtivo. A concentração da riqueza tende a se firmar nas mãos daqueles que controlam o *arquipélago*.

Conforme enfatiza Sennett[217], a conseqüência da falta de capacidade tecnológica daqueles que se encontram no *oceano,* faz com que a inclusão das massas, acabe se perdendo*, ficando para trás*. Desta forma, aqueles com menor capacitação especializada ficam à margem. Por outro lado, de acordo com Santos[218], a especialização crescente da produção ligada a interesses distantes, *"faz com que o homem se torne estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço. À sua terra. [...] a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam".*

As afirmaçôes de Sennett e a de Santos, se complementam. Portanto, é necessário entendermos a colocação de cada pensador, e a conjugação das duas assertivas. Sennett enfatiza a questão de a capacidade tecnógica estar

---

[215] SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p.31.

[216] *Ibidem*, p.31.

[217] SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.46.

[218] SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004, p.28-29.

delimitada ao campo daqueles que detêm o poder. Por outro lado, Santos alerta sobre a não-absorção da capacitação especializada àqueles que nadam para sobreviver, aos excluídos. Estas capacitações são estranhas às suas vidas. O desdobramento reflexivo sobre este tema ocorrerá quando relatarmos a visita à Comunidade de Santo Antonio de Abonari, no Estado de Amazonas.

De acordo com o pensamento de Prahalad e de Amartya Sen, já apresentado anteriormente, acrescentamos que as ações afirmativas para inserir estas associações no sistema econômico contemporâneo, pressupõem a valorização de oportunidades alicerçadas num plano de capacitação.

Exemplificando este cenário de despreparo das associações comunitárias com a sua produção, vale lembrar alguns problemas ambientais que surgem quando estes grupos trabalham com materiais que são considerados naturais - mesmo quando este trabalho se dá artesanalmente. A irresponsabilidade ambiental poderá até ocorrer de forma não intencional por conta do desconhecimento e ausência de acompanhamento técnico, especializado, a estas associações. Foi o caso do capim dourado, matéria-prima renovável, utilizado de forma descontrolada pelas comunidades do Parque Estadual do Jalapão, no Estado do Tocantins. A demanda pelo artesanato proveniente do capim dourado obteve um crescimento muito rápido, sem que tenha sido respeitada a possibilidade da natureza prover a retirada deste material. Portanto, a própria comunidade sentiu os riscos que ocorrem quando da extração excessiva de um material renovável[219]. Há que se aguardar o ciclo de renovação da natureza para que o recurso natural seja retirado sem o perigo de sua extinção. Consideramos que a estratégia de curto prazo, neste caso, induz ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico. Esta equação, definitivamente não pressupõe um final feliz, pois será socialmente benéfico, neste caso, enquanto houver estoque de um dado material natural, renovável.

Quando citamos Lyotard, no início deste capítulo, em seu discurso sobre o saber na pós-modernidade, não podemos esquecer que sua afirmação é clara: a abordagem da modernização pós-industrial deve ser feita através de um viés técnico-científico. O saber não se desvincula do poder econômico e político. O saber é, sobretudo, uma moeda no jogo da hegemonia. Conclui, ainda, que o

[219] Cf. ALMEIDA, Fernando. *Os Desafios da Sustentabilidade*: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p.71.

saber da sociedade pós-industrial *passa a ser o principal ponto de estrangulamento para o desenvolvimento dos países periféricos.*

> O acesso à nova revolução industrial está na aquisição de um saber, que é vendido ou negado pelos países avançados aos consumidores periféricos, quando não lhes é simplesmente escamoteado ou sonegado. As sociedades periféricas só terão pleno acesso a ele se os respectivos governos ou as empresas nacionais delegarem às suas instituições de saber, ao alocar-lhes fundos generosos. [...] A pesquisa de ponta é o alicerce indispensável para que se afirme o poder econômico na competitiva era pós-industrial.[220]

Conforme enfatiza Veiga[221], a demanda mundial por produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano, enquanto a de matérias-primas não chega a 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não atinge o índice de 4% ao ano.

Prosseguindo na nossa reflexão sobre a inserção das associações comunitárias, de baixa renda, no jogo do capitalismo flexível, partimos da premissa de que um artefato não pode ser estudado ou mesmo projetado sem se levar em consideração o contexto social em que está inserido. Desta forma, para se constituir uma pesquisa no campo do Design, não podemos deixar de lado a importância de se refletir sobre os novos meios de produção, e quais indivíduos estão inseridos em seu processo inicial. Este indivíduo tanto pode estar alocado num complexo urbano, como em associações comunitárias rurais - nas paisagens mais inacessíveis deste país. Neste último caso, travar contato com o conhecimento tradicional que está tomando formas híbridas, por conta da lógica deste novo processo do capitalismo flexível, é entender que o Design precisa "puxar a linha de volta": da recepção do artefato pelo usuário - nos grandes centros urbanos -, ao sujeito que coleta o ativo contido no artefato que fará parte dos múltiplos bens consumíveis, em nossa sociedade - quer seja em âmbito nacional ou internacional. Porém, a indústria que se localiza como detentora do produto final reforça um distanciamento dos comunitários - do ativo coletado ao produto final - não havendo engajamento no processo total da produção. O produto final, com tecnologia de ponta, encontra-se descolado de sua compreensão.

---

[220] SANTIAGO, Siviano in LYOTARD, Jean François. *A Condição Pós Moderna*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2002, p.126.

[221] VEIGA, José Eli da. *A emergência socioambiental***.** São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 24.

Portanto, concordamos com Sachs[222] quando afirma que, *"nas formas atuais, a globalização reproduz, entre as nações centrais e periféricas, o mesmo padrão perverso de crescimento concentrado e excludente que se observa dentro das nações".*

Para reforçarmos a reflexão sobre as questões expostas acima, passaremos a nos reportar àquelas comunidades que possuem conhecimento tradicional em ativos naturais, especificamente aquelas que comercializam estes ativos com indústrias farmacêuticas e cosméticas, inseridas na lógica do capitalismo flexível: triangulações comerciais entre empresas nacionais e transnacionais são formatadas para atender às exigências dos que detêm o poder.

Ao entrevistar um gerente de comunidades, de uma grande fábrica de cosméticos, situada em São Paulo, ele afirmou que o grande problema em lidar com comunidades num plano de negócios é a falta de comprometimento das comunidades com a produção. Aqui vale a pergunta: por que esta falta de comprometimento? Nós nos comprometemos com aquilo que conhecemos e valorizamos. Importante, nestas considerações, trazer de volta, o pensamento de Amartya Sen quando afirma que não basta oferecer oportunidades para uma população de baixa renda se não estruturarmos todos os níveis de capacidade para assimilação destas oportunidades. Capacidades individuais e, também capacidades coletivas. Por capacidades coletivas entendemos a estruturação do entorno em que vivem essas comunidades, pois, ao se criarem expectativas de produção nas comunidades para atender às grandes industrias, várias famílias abandonam suas atividades de origem para fazer parte deste novo "plano de negócios sustentáveis", sem garantia de sucesso.

Sennett[223], ao dissertar sobre a questão da lealdade institucional no novo capitalismo, introduz a seguinte pergunta: *como poderíamos nos comprometer com uma instituição que não está comprometida conosco?*

---

[222] SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p.64.

[223] SENNET. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.179.

Insisto na pergunta: sustentável, para quem? Para os relatórios anuais de Sustentabilidade dessas empresas, ou para tornar a vida daquelas pessoas mais digna?

A comunidade ambientalista alardeia aos quatro ventos que a biodiversidade precisa estar protegida. Porém, defendemos a compreensão de que ela não deve permanecer em santuários inacessíveis. A forma de proteção que nos reportamos é seguida de um modelo orientado para o desenvolvimento.

Sobre esta questão, introduzimos o pensamento de Sachs[224] sobre sustentabilidade política. A governabilidade política, segundo este autor é soberana no processo decisório de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

Por fim, prosseguindo com o pensamento de Sachs[225], o desafio é transformar pequenos produtores em empresas organizadas de pequena escala, capazes de competir no mercado capitalista. A sua consolidação se dará através de ações afirmativas, como acesso preferencial a crédito, tecnologias e mercados.

Desenvolvimento includente,
fundamentado no trabalho decente para todos.

Ignacy Sachs

---

[224] SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável.* Org. Stroh, Paula Yone. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p.71-72.

[225] *Idem*. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p.49, *passim*.

5.2.1
Uma visita à comunidade de Santo Antônio de Abonari na Floresta Amazônica

Conforme ressalta Frascara[226], as formas de trabalho comunitária estão sendo substituídas por estações de trabalho localizadas em diferentes lugares, distribuídas em contextos espaciais com características socioeconômicas diferenciadas. Assim sendo, o capitalismo flexível permitiu a não evasão de grande número de pessoas para os centros industriais. Fica claro que esta evasão ocorre quando utiliza-se o modelo da grande "fábrica" e sua produção linear, reproduzindo um modelo fordista.

Por outro lado, cada vez mais o trabalho das associações comunitárias tem sido utilizado - principalmente aquelas que detêm conhecimento tradicional - pelas corporações nacionais e transnacionais como um ingrediente eficaz para os relatórios de responsabilidade social.

Porém, o que se pretende enfocar, neste subcapítulo, apesar de todos os entraves conhecidos, diz respeito à possibilidade de o trabalho das associações comunitárias estar inserido no processo do capitalismo flexível. Nexte contexto, o que vale ressaltar é a possibilidade dos indivíduos, que compõem as associações comunitárias, se transformarem em agentes produtores de uma cadeia de tecnologia de ponta. O conhecimento tradicional, neste caso, adquire outro valor. E este *outro valor* impulsiona uma cartela de possibilidades socias, econômicas e culturais. A partir deste panorama, o Design não se volta à apropriação dos modos de fazer artesanais, mas trabalha *em parceria* desenvolvendo o *Design valorizado.*

Importante acrescentar à esta reflexão o pensamento de Sachs[227] sobre o conceito de ecodesenvolvimento. De acordo com o autor, este conceito surgiu para definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões

---

[226] FRASCARA, Jorge.*Diseño gráfico para la gente.* 3º edição. Buenos Aires: Infinito, 2004, p.231 *passim*.

[227] SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia*: teoria e prática do desenvolvimento. Org. Paulo Freire Vieira.São Paulo: Cortez, 2007, p.61-62.

rurais do Terceiro Mundo. Sendo assim, apresentaria como *características mais marcantes,* os tópicos a seguir*:*

> .Em cada ecorregião, o esforço se concentra na valorização de seus recursos específicos para a satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação, sendo essas necessidades definidas de maneira realista e autônoma, de maneira a evitar os nefastos efeitos de demonstração de estilo de consumo dos países ricos.
>
> .Por ser o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para a sua realização. Emprego, segurança, qualidade das relações humanas, respeito à diversidade das culturas, ou, se prefere, a implantação de um ecossistema social considerado satisfatório fazem parte do conceito.[...]
>
> .A identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais se fazem numa perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras.[...]
>
> .Os impactos negativos das atividades humanas sobre o meio ambiente são reduzidos, mediante procedimentos e formas de organização da produção que permitam aproveitar todas as complementaridades e utilizar os dejetos para fins produtivos.
>
> .O ecodesenvolvimento implica um estilo tecnológico particular. [...].O aperfeiçoamento das ecotécnicas é chamado a ocupar um lugar muito importante nas estratégias de ecodesenvolvimento, pela simples razão de que neste nível a compatibilização de objetivos diversificados - econômicos, sociais e, ecológicos - pode ser efetivada de maneira adequada.A mudança técnica surge aqui como a variável multidimensional por excelência do jogo do planejamento. Todavia seria errôneo assimilar o ecodesenvolvimento a um simples estilo tecnológico. Ele subtende modalidades de organização social e um novo sistema educacional.
>
> .[...] O ecodesenvolvimento exige a constituição de uma autoridade horizontal capaz de superar os particularismos setoriais.[...] Essa autoridade não poderia operar de maneira eficaz sem a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento. Tal participação é indispensável para a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas dos ecossistemas e para a organização do esforço coletivo com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades.

> .Finalmente, é preciso assegurar-se que os resultados do ecodesenvolvimento não sejam comprometidos pela espoliação das populações que o realizam, em proveito dos intermediários que se inserem entre as comunidades locais e o mercado nacional e internacional.

Estas características marcantes do ecodesenvolvimento representarão o fio condutor de toda a observação, e, posterior análise, empreendida na Comunidade de Santo Antônio de Abonari. Cabe acrescentar a essas características marcantes a ênfase que Sachs atribui às *técnicas combinadas,* na explotação das florestas tropicais e também de suas águas*.* Aliado ao processo de produção tradicional, o tratamento de alta tecnicidade asseguraria novos mercados a certos produtos da floresta.[228]

O conceito de ecodesenvolvimento, conforme disserta Sachs, pretende ser operacional. Não se trata, necessariamente, de um retorno às ilusões do desenvolvimento comunitário. O que o ecodesenvolvimento exprime pode ser traduzido por um duplo enriquecimento direcionado ao desenvolvimento das zonas rurais do Terceiro Mundo: uma reflexão crítica sobre os fracassos e uma tentativa de superação, *"em particular no plano institucional, seguida de uma abertura sobre a ecologia natural e social que revoluciona os hábitos de pensamento dos responsáveis pelo desenvolvimento".*[229]

Ao iniciar a abordagem sobre as associações comunitárias como parte do processo de flexibilização do modelo produtivo capitalista, procurei investigar de que forma esta ação está ocorrendo em comunidades que fazem parte desta "teia". Sobretudo, o relacionamento destas associações com as grandes indústrias.

O ponto de partida da pesquisa foi direcionado para o exame de produtos industrializados com matérias primas oriundas de comunidades. O recorte desta pesquisa foi empreendido por conta de duas variáveis de grande impacto mercadológico no cenário atual: matéria-prima natural/renovável, e comunidades com conhecimento tradicional sobre estas matérias-primas. Esta trajetória me levou aos produtos farmacêuticos e cosméticos. Puxando *a linha de volta,*

---

[228] *Ibidem*, p.73*, passim*.

[229] *Ibidem,* p.74, *passim.*

ressalto a importância dos ativos não-madeireiros da Floresta Amazônica, na composição do relacionamento das comunidades com este novo modo de produção, flexível.

Inicialmente entrei em contato com o responsável, no Brasil, por uma indústria de origem inglesa, que beneficiava os ativos vendidos pelos comunitários. Esta indústria possuía uma sede em Manaus. A partir deste beneficiamento os ativos eram comercializados, não só no Brasil, mas, principalmente ao redor do mundo. Posteriormente, travei contato, pessoalmente, com o gerente das comunidades de uma grande empresa nacional que era compradora desta empresa inglesa*. A minha presença nesta empresa nacional tinha por objetivo traçar uma aliança de pesquisa entre a instituição PUC-Rio e a dita empresa, através do meu doutoramento. Na ocasião, já tinha conhecimento de empresas estrangeiras no circuito da produção da empresa nacional.[230] Várias negociações foram travadas, documentos exigidos. Aproveito este espaço para agradecer ao Departamento de Design da PUC-Rio, que disponibilizou todos os documentos solicitados em todo o processo até a minha ida à floresta amazônica. Porém, não foi através da empresa nacional que consegui chegar à comunidade por mim selecionada.

Reproduzo o texto que constituiu, para mim, a certeza de que a minha visita à comunidade de Santo Antonio de Abonari - após várias negociações com outras instâncias - deveria ser realizada através da AFLORAM[231]. Seu discurso me incentivou a conhecer estas pessoas que trabalhavam na agência e que tinham contato permanente com as comunidades.

Traduzir o ideário do desenvolvimento sustentável em ações práticas e coerentes não é tarefa fácil. Significa, em muitos casos, uma mudança drástica no estilo de desenvolvimento. No caso das florestas, nos últimos 500 anos, tem sido verificado um garimpo estorvador que retira das florestas as madeiras nobres, palmitos e orquídeas, ateando fogo no que resta. Existem pessoas que vêem o "mato" como sinônimo de atraso, um estorvo no caminho do progresso a ser materializado na forma de pastos e plantações. Na Mata Atlântica, por

[230] Optei por não identificar as empresas envolvidas, pelo fato de não se tratar de uma investigação jornalística. Minha pesquisa enveredou por caminhos extra-acadêmicos, que não cabe aqui, neste contexto, ressaltar.

* Cf. p.121 desta Tese.

[231] Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis - Autarquia Governamental da Secretaria do Meio Ambiente.

exemplo, o sucesso foi quase completo: mais de 90% desse estorvo foi saqueado e removido. O caminho tem sido esse no que se refere à Amazônia.

Não existe sustentabilidade na conversão indiscriminada de florestas em pastos e plantações. Os impactos decorrentes dos sistemas de uso atuais vão além do desmatamento, da degradação dos recursos hídricos, mudanças no clima. Para agravar o quadro, a permanência da população rural no interior é tomada como impossível, resultando na migração rumo às cidades, compondo um quadro desolador de miséria e violência em nossas capitais. Felizmente, existem alternativas. O ponto de partida é mudar os pressupostos e orientações das políticas públicas e o comportamento e os valores de cada cidadão. O desenvolvimento pode, sim, ser feito com a manutenção das florestas. Entretanto, isso não deverá ser resultado do altruísmo dos indígenas, extrativistas, colonos, fazendeiros e empresários. Serão necessárias políticas públicas capazes de mudar a lógica econômica da fronteira do desmatamento. A equação é simples. A manutenção das florestas deve ser economicamente mais rentável do que os benefícios do garimpo florestal e da agropecuária. [232]

Produtos não madeireiros: Castanha da Amazônia, Borracha, Fibras Vegetais e Óleos Vegetais.

O meu interesse na Comunidade de Santo Antonio de Abonari, produtora de buriti, teve como ponto de partida uma investigação que proporcionou a abertura de duas frentes de pesquisa: qual modelo de desenvolvimento, que abarcasse uma cadeia produtiva - inserida no modelo de flexibilização - estaria sendo implantado na Amazônia que não comprometesse o meio ambiente? De que forma as empresas nacionais e transnacionais estariam se relacionando com as comunidades envolvidas neste processo?

Os óleos extraídos de pequenas plantas, sementes e frutos estão rendendo produtividade aos povos da floresta. A extração destes óleos, vitais para o funcionamento e crescimento das indústrias farmacêuticas e estéticas, pode também ser utilizado, de acordo com as pesquisas em curso, no processo de estudos para fontes geradoras de energia. Não é por acaso que as atenções mundiais se inclinam para a Amazônia. Pulmão do Planeta? Correto. Mas o que fica claro, ao visitarmos a Floresta, é a diversidade de seus ativos e o mistério que o conhecimento tradicional detêm, em parte, sobre sua importância para o futuro de toda a humanidade.

A pesquisa foi direcionada para aquelas comunidades abraçadas pela AFLORAM, **que estavam incluídas na vertente da instituição que tratava do**

[232] Texto do Portal Oficial do Estado do Amazonas em http://www.florestas.am.gov.br. Acesso 21 maio 2006.

extrativismo não-madeireiro, e que possuíam uma usina de processamento do ativo coletado pela comunidade.

Desta forma, o que sustento através deste recorte é que, segundo a fundamentação em Amartya Sen[233], a liberdade para entrar no mercado pode vir a ser uma contribuição para o desenvolvimento. A possibilidade de participação na comercialização dos ativos da floresta, pela associação comunitária, reflete um dos aspectos, apontados por Sen[234], da avaliação da desigualdade entre a *realização e a liberdade para realizar*. Quando essas pessoas têm a opção de comercializar, com a devida capacitação, não somente o ativo, mas o seu processamento e beneficiamento, este fato representa o primeiro passo para se efetivar a inclusão do sujeito no processo produtivo flexível, através do seu trabalho, e não por mecanismos filantrópicos.

Foi realizado um mapeamento das associações comunitárias, para identificar aquelas que tivessem as usinas implantadas pela AFLORAM. São sete usinas em diferentes locais. Tabatinga, Amatura, Boca do Acre, Carauari, Labria, Marauá e Abonari. Apenas sete. As usinas propiciam aos comunitários vender, não o ativo primário, mas processado e, num segundo momento beneficiado. Por conseguinte, o rendimento econômico aumenta. Além do fator econômico, é introduzida na comunidade a capacitação - através da AFLORAM - para lidar com a nova tecnologia da usina. Estávamos no ano de 2007.

... o povo da floresta: Comunidade de Santo Antônio de Abonari

> *Todos nós desejamos, no nosso mundo espantosamente diverso, um espectro amplo de interações entre o quase selvagem e o quase artificial, mas, pessoalmente, busco meu ideal estético exatamente no meio, onde a atividade humana tocou de leve ou moldou uma paisagem, mas com tal respeito e integração que à primeira vista não se detecta nenhuma linha falha, nenhuma separação evidente...*[235]
>
> ***Stephen Jay Gould***

---

[233] SEN, Amartya Kumar*. Desenvolvimento como liberdade.* Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Scwarcz, 2005.

[234] *Idem* , op. cit., 2001, *passim*.

[235] Das “Confissões de um naturalista humanista”, na introdução a Gould (2003, p.10 -1) in VEIGA, José Eli da. *Nascimento de outra ruralidade*. Estudos Avançados 20 (57), 2006, p.333.

Figura 16 - Buritizeiro (1).

Figura 17- Buritizeiro (2).

Figura 18 - Floresta Amazônica - Santo Antônio de Abonari – Buritizal.

Figura 19 - Floresta Amazônica - Santo Antônio de Abonari.

Figura.20 - Casa de comunitário de Santo Antônio de Abonari.

Em maio de 2007, fui para Manaus e posteriormente para a Comunidade de Santo Antônio de Abonari[236] que trabalha com o buriti. Por que Abonari? Ao pesquisar as associações comunitárias encontrei um dado que a diferenciava das demais. Havia um processo de certificação em curso, realizado pela rede SmartWood[237] através da Imaflora. Se havia interesse neste processo é porque o comprador tinha esta exigência para comercializar o buriti[238]. Conforme já

[236] BR-174, km-200, Ramal do Serragro, 93km do Município de Presidente Figueiredo.

[237] O Imaflora- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola é membro da Rede SmartWood.

[238] Através do Prof. Castro (da Universidade Federal do Estado de Amazonas), que capacitou comunitários, de Abonari, para trabalharem na usina, recebi cópia do único livro existente sobre Oleaginosas da Amazônia.O livro tem sua publicação datada em 1941. Seu autor, Celestino Pesce. Destaco parte de sua introdução, por ser assunto tão atual nos anos do século XXI.

Eis as minhas notas, sem pretensão de obra completa ou perfeita, mas na esperança de despertar a atenção dos interessados no assunto, vasto e importante das gorduras vegetais dessa imensa Amazônia, tão pouco conhecida pelos próprios brasileiros.
No mundo há fome de gordura, [...] Nenhum Estado como a Região Amazônica, se encontra em condições de apagar esta fome.

ressaltei, consegui contato com a empresa compradora do buriti, em 2006, através do seu próprio representante, que confirmou a origem da empresa compradora: não era brasileira. A empresa tinha uma sede em Manaus para beneficiamento dos ativos processados pelas comunidades e dali partiam para caminhos diversos, inclusive vendidos para fábricas nacionais. Sendo que a mais representativa dessas fábricas nacionais era aquela que entrevistei o gerente de comunidades, no Estado de São Paulo - conforme relato na página 121, desta Tese. A lógica desenhada assim se constituía: um povo dentro da floresta, fazendo parte de um processo de globalização industrial.

Apresento a seguir o documento que inicia o processo de certificação da comunidade de Santo Antonio de Abonari, que está disponibilizado na internet. Ressalto, também, a importância deste processo de certificação através da reprodução de uma notícia vinculada no site da Amazonia.org.br.

Naturalmente seu comércio e oleaginosas não deve limitar-se à colheita das sementes produzidas espontaneamente pela natureza.: sistema empírico e antieconômico, que não pode dar vida a uma indústria séria e importante. É necessário escolher as melhores espécies, as de maior valor e cultivá-las racionalmente. Terrenos não faltam, faltam somente agricultores. [...] Os únicos agricultores de relevo são estrangeiros: a Companhia Americana Ford que transformou com sistemas aperfeiçoados e sem limites de capital, milhares de hectares de terrenos da região do Tapajós em importantes seringais.[...]

SmartWood
Practical conservation through certified forestry

Resumo Público de Certificação

de

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTÔNIO DO ABONARI

Certificado nº: SW-FM/COC-NTFP1536
Data da Certificação: 9 de junho, 2005
Data do Resumo Público: junho, 2005
Actualizado para incorporar os resultados de monitoramento anual 2006
Este documento foi elaborado de acordo com as regras do Forest Stewardship Council (FSC) e do Programa SmartWood. Nenhuma parte deste resumo deverá ser publicada separadamente.

Certificador:

SmartWood Program[1]
c/o Rainforest Alliance
665 Broadway, 5th Floor
New York, New York 10012 U.S.A.
TEL: (212) 677-1900 FAX: (212) 677-2187
Email: info@smartwood.org
Website: www.smartwood.org

Esta certificação foi feita com a colaboração do seguinte membro da Rede SmartWood:

Instituto de Manejo e Certificação
Florestal e Agrícola (IMAFLORA)
Rua Chico Mendes, 201
Loteamento Bi-Centen~rio, Bairro Sert~ozinho
13400.970 Caixa Postal 411
Piracicaba, SP, Brazil
Tel/Fax: 55-1934-144015 (call first)
Email: imaflora@imaflora.org

[1] O Programa SmartWood é implementado a nível mundial por organizações sem fins lucrativos membros da Rede SmartWood. A Rede é coordenada pela Rainforest Alliance, uma organização internacional sem fins lucrativos. A Rainforest Alliance é a detentora legal da marca registrada SmartWood e sua logomarca. Todos os usos promocionais da logomarca SmartWood devem ser autorizados pela Rede SmartWood. A certificação SmartWood se aplica somente ao manejo florestal das operações certificadas e não a outras características da produção florestal (ex: performance financeira, qualidade dos produtos, etc.). O SmartWood é credenciado pelo Forest Stewardship Council (FSC) para a certificação de operações de manejo de florestas naturais, plantadas e de cadeias de custódia.

***Negócios da Floresta* - Óleo de buriti certificado em Santo Antônio do Abonari** - 19/01/2006

Local: São Paulo - SP
Fonte: Amazonia.org.br
Link: http://www.amazonia.org.br

"Conseguimos um equipamento moderno, coisa de primeiro-mundo". Assim João Basílio Filho, presidente da Associação Comunitária Santo Antônio do Abonari, explica a grande quantidade de óleo artesanal que sua comunidade produz e comercializa atualmente. "Mas é certificado. Somos a única associação do estado do Amazonas a produzir óleo de buriti com selo FSC", destaca Basílio, mostrando o documento obtido em julho de 2005.

A Associação Comunitária foi fundada em 1988, quando 28 moradores da comunidade de Santo Antônio do Abonari, município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, resolveram se unir para favorecer suas atividades de cultivo e extrativismo, bem como a comercialização dos produtos obtidos. A indústria de cosméticos mostrou grande interesse pelos produtos típicos da região, e rapidamente os óleos vegetais tornaram-se o principal produto da associação.

Desde 2002, o Projeto Buriti Sustentável tem aperfeiçoado o modelo de produção da comunidade. O projeto pretende estimular o processo produtivo e sua certificação ambiental, além de desenvolver o cooperativismo e valorizar a comunidade. Com o apoio de sua principal compradora, [...], e de ONGs como a Amigos da Terra, a associação tem promovido treinamentos, estímulos e acompanhamentos permanentes, que possibilitaram a ampliação da produção e sua certificação pelo FSC, atestando suas práticas sustentáveis de manejo e colheita. Hoje, a comunidade conta com 95 associados, e a produção de óleo de buriti do último ano chegou a seis toneladas.

Mas a produção da associação não se restringe ao óleo de buriti. O breu-branco e o óleo de pupunha já são produtos tradicionais. Os óleos de patauá e bacaba, utilizados em culinária e também pela indústria de cosméticos, estão começando a ser produzidos. Além, é claro, da agricultura de subsistência, para manter as 145 famílias da comunidade.

Cabe aqui, salientar algumas informações colhidas sobre o buriti. Algumas através de fontes bibliográficas, outras enviadas por email, pelos próprios entrevistados que estão se dedicando ao projeto dos óleos da Amazônia e às comunidades produtoras.

...o buriti

Espécie: Mauritia flexuosa L.
Família: Arecaceae
Designações vulgares: Buriri, buriti- do- brejo, coqueiro. Buriti, miriti
Constituintes químicos: A polpa do buriti possui proteína, gordura, extrato livre.
Os frutos de buriti constituem a maior reserva natural de vitamina A, cujo teor atinge índice de 300mg por 100g de óleo de polpa.

A massa oleosa que se acha aderente à casca externa é de cor amarelo avermelhada. A polpa, como é assim chamada esta massa oleosa, cobre uma semente oval e sua amêndoa é comestível. Frutifica de dezembro a junho. Exigindo solo úmido. Portanto, é comum sua localização em terrenos de várzeas e brejos. O óleo extraído da polpa de seus frutos, além de ser comestível e possuir altos teores de vitamina A, também é empregado contra queimaduras pelo seu efeito cicatrizante. Muito utilizado, atualmente, na fabricação de produtos cosméticos.
A intensa coloração vermelha do óleo, que carrega as substâncias carotenóides (pró-vitamina A) no processo de extração, favorece seu emprego como um corante natural de importante valor nutritivo, podendo substituir os aditivos artificiais comumente utilizados nas indústrias de alimentos e cosméticos.

Os princípios ativos do óleo de buriti propiciam vitalidade e proteção natural à pele. São anti-radicais livres lipossolúveis, com efeito antirritante comprovado, além de atuarem positivamente no sistema imunológico.
Buriti na língua indígena significa a "árvore que emite líquidos" ou a "árvore da vida". É considerada sagrada pelos índios.
Antes de desabrocharem as flores, fornece um líquido adocicado que através de um processo de fermentação se transforma no vinho do buriti. No artesanato suas folhas são utilizadas em esteiras e peneiras. Suas fibras, para tecer redes de dormir. Os cocos, quando secos, podem ser usados na confecção de artesanato.
A palmeira de buriti pode ser encontrada de dois tipos: macho, que só floresce e não frutifica e a fêmea que coloca frutos.

Meu primeiro contato com a Comunidade de Santo Antonio de Abonari foi realizado através de buscas na internet para identificar comunidades que comercializassem seus ativos com empresas de grande porte. Em 13 de março de 2006, obtive resposta da empresa inglesa na pessoa de seu representante no Brasil, sobre a maneira como estruturavam as suas atividades com as comunidades locais. Esta resposta só foi enviada, pelo representante da empresa inglesa no Brasil, após a autorização da *matriz*. Reproduzo, a seguir, a resposta ao meu questionamento, enviada por email, através do seu representante:

Não temos uma metodologia específica do assunto e tampouco algo já escrito, mas vou tentar descrever como se dá o processo. Sabendo da necessidade da busca de algum produto ou ativo da biodiversidade amazônica, nosso foco se concentra em buscar uma comunidade que maneje seus recursos de forma sustentada e que já pratique a coleta ou que tenha está intenção, podendo as mesmas se organizarem em associações ou cooperativas, de forma assegurar que eventuais benefícios voltem de forma coletiva, beneficiando toda uma comunidade e não somente uma só família que tenha um pouco mais de posses (tanto financeira como terras). A empresa então busca alternativas de construir uma parceira com a comunidade escolhida e ao mesmo tempo, procura trazer outros parceiros, como ONG e organismos governamentais que venham a contribuir com o processo de consolidação de comunidade fornecedora de ativos. Basicamente, é essa a nossa linha de atuação.

Figura 21 - Sr. João Basílio - um dos fundadores da associação.
Óleo bruto do buriti.

A partir do ano de 2002, até o ano de 2004 a Comunidade de Santo Antônio de Abonari vendia somente a polpa para a empresa inglesa. Em 2005, perderam toda a produção por conta de conflitos internos. Em 2006, iniciaram a produção do óleo bruto, pois a usina implantada pela AFLORAM, permitiu que avançassem na cadeia produtiva, passando a vender não mais a polpa mas o óleo bruto. Foi elaborado um contrato de venda do óleo para a empresa inglesa. Porém, ao comercializarem o óleo a empresa só quis pagar a metade do preço firmado em contrato. Justificou que o índice de acidez no óleo não era satisfatório. Porém, no contrato não havia qualquer menção sobre o nível de acidez do óleo. Final da história: venderam pela metade do preço firmado.

De acordo com o documento de certificação da asssociação comunitária de Santo Antonio de Abonari, emitido pela SmartWood, em 9 de junho de 2005, no item informações gerais consta:
Tipo de operação:
Manejo florestal comunitário de frutos de buriti em propriedades rurais da Amazônia úmida brasileira. O manejo é organizado por uma associação comunitária que realiza o processamento primário do fruto. O produto final comercializado pela associação é a polpa seca de buriti.
Anos de operação:

A atividade de coleta de frutos de buriti já é uma prática comum aos moradores da comunidade há mais de duas décadas. Entretanto, as primeiras coletas de forma organizada pela associação, seguindo orientações de manejo florestal, aconteceram em 2002.

De acordo com Prof. Castro, em email enviado em 7 de outubro de 2007, seu trabalho com os óleos vegetais teve início em 1998, com a intenção de estudar o aproveitamento dos óleos com fins energéticos:

- A partir do aumento da demanda destes óleos (buriti, murumuru, andiroba e ucuúba, principalmente) para outros fins (cosméticos, fitoterápicos etc) com valor agregado muito mais importante para as comunidades, a questão energética ficou em segundo plano. [...] Tive a oportunidade de participar da implantação de todas as sete micro-usinas implantadas e em operação do Estado do Amazonas que você conheceu. Há um enorme potencial para crescimento da produção sustentável de diversas espécies de óleo, no entanto há necessidade de se consolidar um mercado consumidor. Ou seja, é preciso estabelecer uma ligação produtor-indústria para que este setor venha a se consolidar e, dessa forma, se firmar como uma importante alternativa de emprego e renda, com a manutenção da floresta de pé, para o homem que vive na floresta. Já há um movimento, ainda incipiente, por parte do estado, via Agência de Desenvolvimento Sustentável (que substituiu a AFLORAM) no sentido de se estabelecer este mercado.

Apesar de ter tido a aprovação da empresa inglesa para iniciar um trabalho de pesquisa junto às comunidades, o contato foi interrompido. Desta forma, percebi que só chegaria à comunidade escolhida, Santo Antonio de Abonari, através de vínculos institucionais. Após vários caminhos percorridos, travei contato com a AFLORAM, já relatando, de antemão, que comunidade gostaria de visitar. E assim transcorreram as conversas, os documentos e por fim, a viagem.

... a viagem

Partimos num carro da AFLORAM em direção a Abonari. Adevaldo Dias, gerente do extrativismo não madeireiro, Ana Paula, engenheira florestal, as redes para dormirmos, mantimentos e água em garrafões, pois a água naquela região está contaminada. A estrada de Presidente Figueiredo a Abonari é totalmente precária com o agravante de que sempre se corre o risco de algum índio da tribo

dos Waimiri Atroari impedirem a viagem. Isto porque Abonari faz divisa com as terras indígenas e após determinado horário, ao final do dia, eles impedem a circulação de veículos, pois a BR-174 corta as terras indígenas. Portanto, a aventura é fugir dos buracos da estrada, atenção com os bichos que atravessam a estrada e torcer para que nenhum índio impeça sua viagem. Tentei entrar nas terras indígenas mas o motorista da AFLORAM, me desaconselhou. Teríamos que ter autorização da FUNAI.

Figura 22 - Entrada na comunidade de Santo Antônio de Abonari.

Fifura 23 - Usina de beneficiamento do buriti na comunidade de Abonari.

... primeiro contato: o conflito

Assim que chegamos à comunidade, várias autoridades da região estavam presentes e os comunitários reunidos para discutir sobre o “conflito”. A causa de tudo era uma briga interna por conta da coleta do buriti. Briga de lideranças. Usina fechada. Buriti apodrecendo dentro da usina. Este cenário me fez lembrar a Colônia Cecília, descrita no capítulo dois deste trabalho. A configuração era a mesma. A comunidade desestruturada, não produzia. Os problemas sobre possíveis desvios de dinheiro, foram colocados. Travei contato com alguns comunitários e descobri diferentes discursos. As “autoridades” não conseguiam controlar a situação. Pensei com meus botões: isto não vai dar certo. Estamos numa terra de ninguém, os ânimos exaltados e o povo sem perspectiva para realizar um trabalho em associação comunitária. Enfim, após horas de negociação foi feita uma proposta para pôr fim ao conflito. Os comunitários “fingiram” que aceitaram e as autoridades fizeram de conta que tudo iria dar certo. Após a reunião, as “autoridades” tomaram o rumo de volta à “civilização”.

Figura 24 - A reunião das autoridades locais e dos comunitários.

Figura 25 - A reunião dos comunitários para discutir o conflito.

Os comunitários estavam indignados, pois não queriam interferências externas no conflito. No final da reunião, apresentei-me a alguns comunitários, sem formalidades, e a recepção foi excelente. Enfim, alguém tinha ouvidos para escutá-los. Chegaram a se desculpar porque eu era uma pessoa que estava visitando a comunidade e poderia ficar com má impressão por conta do andamento da reunião. O que eles não imaginavam é que para entender a estrutura da associação comunitária foi de vital importância presenciar o conflito.

Antes de a usina ser instalada pela AFLORAM, os comunitários processavam o buriti vendendo somente a polpa. Foram capacitadas dez pessoas para trabalhar na usina, mas apenas uma sabe manejar todas as máquinas. Com a usina funcionando, o produto final é o óleo extraído do buriti. Atualmente a usina não está operando, pois, uma máquina está quebrada e com a extinção da AFLORAM a comunidade ficou sem nenhum suporte técnico. Este suporte era dado pela UFAM[239], através do Prof. Castro. Não cabe, aqui, relatar detalhadamente todo meu contato com a comunidade. Gravei várias “conversas” em fita e também em DVD. O que fica claro, através da observação de seus discursos, é a desesperança dos comunitários por conta do conflito instituído.

[239] Universidade Federal do Estado do Amazonas.

Através de informações recentes, o representante da indústria compradora do buriti, não apareceu mais na comunidade depois do conflito. O buriti que restou para ser coletado, no mês de maio foi vendido em feiras em Manaus.

A imensidão soberba da floresta, e o modo de vida precário da comunidade nos faz refletir sobre o paradoxo do conceito da riqueza. O buritizal ocorre em toda a região e sua existência se deve ao tipo de terreno, encharcado. Em cada casa, minúsculas casas, basta esticar uma rede e surgem espaços, para todos. O tempo não tem pressa. Ele é demarcado pela hora “da onça passear”. Nesta hora todos se recolhem, fecham suas portas e janelas.

A comunicação se dá através de um único telefone comunitário, que não funciona.

Melhor dizendo, a comunicação com o outro lado do mundo ocorre pela televisão. O programa “Luz para Todos” permitiu esta aproximação. E, mais uma vez o conceito da riqueza se instaura através da aquisição dos bens de consumo: geladeiras, freezers, dvds. Até máquina de lavar encontrei na casa do Sr. Orlando, o mais velho da comunidade. Nesta casa não tem paredes, janelas ou portas, só telhado, mas tem máquina de lavar. Banheiro? (melhor dizendo: fossa). É uma raridade. A maior riqueza desta comunidade é o buriti, meio de sobrevivência e apropriação, por vezes, inescrupulosa dos “negócios ditos sustentáveis”.

Figura 26 - Casa do Sr. Orlando em Abonari

Sr. Orlando, o comunitário mais velho, com 82 anos, chegou a Abonari em 1995 e tornou-se um dos fundadores da Associação comunitária. Mora nesta casa com dois filhos desde 1997. Está com malária e muito fraco para trabalhar no manejo.Insiste em dizer que vai vender suas terras. Não quer permanecer mais no local. Perdeu as esperanças. Na sua opinião, os mais novos não sabem trabalhar com o buriti, e também é *muito perigoso,* pois tem muitas brigas por causa de dinheiro. Não fez o curso de capacitação com o Prof.Castro pois afirma que ele não entende de óleos. Com relação a João Basílio, outro antigo membro da comunidade e atuante manejador, discorda de sua maneira de processar o buriti. Todos respeitam Seu Orlando, porém não levam em consideração seu conhecimento tradicional sobre o processamento do buriti. O que fica claro é a falta de uma liderança real na comunidade**.** A intervenção da empresa que compra o buriti - antes em polpa, depois em óleo - criou expectativas na comunidade maiores do que aquelas que efetivamente aconteceram.

Figura 27 - Sr. Orlando, sentado, em sua casa.

Figura 28 - Sr. João Basílio, antigo líder da comunidade e sua esposa, D. Maria.

Figura 29 - Casa onde se dormia, com “banheiro” externo.
Monique e seus filhos estudando à noite.

Figura 30 - Casa onde se comia. Sem banheiro. Margareth.

Figura 31- Ana Paula- engenheira florestal da Afloram

Figura 32 - Filho do Sr. Orlando e sua engenhoca para moer macaxeira.

Figura 33 - D.Luma - nova líder da comunidade.

Figura 34 - Gabriela e Fábio: novos moradoresda comunidade. - Mãe de Fábio,antiga comunitária.

Figura 35 - D.Maria e seu forno.

Cabe salientar, antes de inciarmos uma breve exposição sobre o funcionamento da usina da Associação de Santo Antonio de Abonari, a importância da introdução desta usina na comunidade. Nos reportaremos à noção de *tecnologias híbridas*, desenvolvidas por Sachs:

[..] *combinando, por um lado, o saber moderno com o tradicional (episteme e techne) e, por outro lado, aplicando tecnologias de diferentes itensidades de mão-de-obra nos diferentes elos de uma cadeia de produção.*[240]

Figura 36 - Buriti na usina, que não foi processado. Inutilizado.

[240] SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond: 2004, p.122.

Figura 37 - Polpa de buriti, fotografada dentro da usina.

Na comunidade de Santo Antonio de Abonari podemos identificar três tipos de atividade que estão envolvidas com a produção de buriti. O início da cadeia é formada pelos manejadores, que são os donos de terras onde se localizam os buritizais. Estes manejadores, na época da coleta do fruto, pagam aos coletores para subirem nas palmeiras a fim de retirar os cachos de buriti. Esta retirada é feita através de uma grande vara de bambu, por onde o coletor se lança para alcançar o topo das palmeiras. Por ser uma operação considerada arriscada pela certificadora, houve a exigência de que esta coleta fosse realizada através da subida pelo tronco da palmeira com um equipamento de proteção. Primeiro problema para a comunidade: desta forma, precisariam de dois homens para realizar a coleta. Preço do trabalho dobrado. A comunidade estava resistente em modificar a coleta tradicional.

Os coletores da comunidade ou são contratados pelos manejadores ou vendem a saca para a usina. De acordo com Senhor João Basílio, (pai de Júlio César) coordenador da usina antes do conflito, atualmente a comunidade é composta de dez manejadores - donos de terras e associados à comunidade - e trinta famílias que coletam o buriti. Na usina trabalham as pessoas - manejadores ou coletores - que foram treinadas para operar as máquinas. Todavia, as pessoas têm muito pouco conhecimento sobre o maquinário da usina. A capacitação, de acordo com o discurso dos próprios comunitários, só foi absorvida por um único

indivíduo: Júlio Cesar Basílio. Este rapaz teve a possibilidade de concluir um curso técnico e, por isso, conseguiu dominar o manuseio das máquinas. Portanto, sem a presença de Júlio para orientar os outros comunitários, não há produção de óleo. Só ele sabe operar a máquina de extração de óleo.

Quando as sacas chegam com os frutos na usina elas são pesadas e, em seguida é realizada a separação segundo a maturação apresentada. Alguns frutos estão mais maduros do que os outros e não podem entrar na **despolpadeira** todos de uma só vez. Antes de entrarem na despolpadeira os frutos, maduros, são colocados de molho de seis a doze horas para amolecer. Após este processo de amolecimento, os frutos são direcionados para a despolpadeira onde ocorre a separação da casca, da polpa e do caroço. A máquina processa 90Kg.de polpa por hora e conforme se pode verificar na figura 37 deve secar ao sol. Como chove muito na região, esta secagem é lenta. Com sol, um dia, sem sol, três dias.

O que fica claro, neste processo, é a necessidade de um funcionamento contínuo da usina, pois em se tratando de um ativo da natureza, se o processo não chegar ao seu ciclo final de acordo com as metas traçadas, a produção se perde.

Após a polpa seca, é colocada no **cozinhador** ou aquecedor a uma temperatura de 60º a 70º graus. Existe um mecanismo interno para que a polpa esteja em constante movimento. Esta operação, de aquecimento, tem por objetivo facilitar a retirada do óleo da polpa.

Polpa aquecida, pronta para entrar na **prensa** para a retirada do óleo. Simultaneamente à retirada do óleo da polpa, é também retirado um subproduto: a torta ou borra. Esta torta é muito rica em nutrientes, conforme salientou Ana Paula, a engenheira florestal da AFLORAM e poderia ser empregada como adubo ou ração. Porém, estudos ainda não foram completados a respeito de sua utilização.

O aproveitamento do óleo da polpa do buriti é muito baixo, cerca de 2%. Por este fato, o óleo extraído é considerado de grande valor. Após sua extração, é encaminhado para um tanque de decantação, localizado na própria prensa. Por fim, ocorre o processo de **filtragem**. Através de plaquetas, o óleo escorre por

pequenas torneiras e é colocado em um tanque, pronto para ser embalado e armazenado. Os tonéis que contêm o óleo necessitam de protreção à exposição à luz. Por conta deste fator, os tonéis são de coloração azul ou branco opaco.

A usina é movida a óleo diesel e nem sempre há óleo disponível para a produção. Apesar de ser uma usina de produção simplificada, exige pessoas devidamente capacitadas para o trabalho. Quando estive na comunidade, a usina não estava em funcionamento e o buriti, em grande quantidade, se deteriorando. O trabalho de um ano inteiro, apodrecendo. A organização do trabalho fica comprometida quando são exigidos compromissos que os comunitários não têm condição de cumprir. Fica a dúvida: se antes era vendida somente a polpa do buriti, seria realmente interessante para o comprador absorver a produção do óleo, por um preço muito superior? A que preço na indústria inglesa, com sede em Manaus, é extraído o óleo da polpa?

As exigências quanto ao **nível de acidez do óleo**[241], fizeram com que o seu preço, firmado em contrato com a empresa inglesa, caísse à metade. Não havia outro jeito.O óleo foi desvalorizado. Ficaram reféns de um único comprador, de acordo com o relato de Adevaldo Dias, da AFLORAM. Pois bem, a solução seria vender para o único comprador ou correr o risco de estragar o óleo. Neste momento o conflito foi deflagrado e a certificação suspensa.

Próxima safra: ano de 2007: conflitos internos, coletores indignados, liderança comprometida, manejadores desesperançosos.

Esta é a intervenção que se presta aos relatórios de sustentabilidade? As empresas envolvidas, ganham prêmios por estarem colocando em suas vitrines uma *maquiagem* de comprometimento com a comunidade.

Enquanto outras, das sete usinas implantadas pela Afloram, deram continuidade na sua produção, apesar de terem ocorridos também problemas na comercialização, fica claro, conforme afirmou Adevaldo Dias, que, se a comunidade não for organizada ela não produz. Porém, também é verdadeiro que ter somente um comprador, ainda mais uma empresa estrangeira, para

[241] Conforme o relato dos comunitários, o índice atingido de acidez foi de 11% e no contrato não havia nenhum item quanto à exigência de qualquer valor. De acordo com a AFLORAM, este índice é considerado mais do que satisfatório.

escoar toda a produção dos comunitários imprime certa fragilidade na negociação.

Figura 38 - Despolpadeira

Figura 39 - Cozinhador

Figura 40 - Prensa

Figura 41 - Tanque de decantação

Figura 42 - Filtragem

Figura 43 - Filho de João Basílio, Júlio César Basílio.

Único comunitário capacitado para operar a máquina de extração do óleo do buriti.

A última informação que recebi, sobre a situação da Comunidade de Santo Antonio de Abonari, transmitida por Adevaldo Dias (ex- membro da AFLORAM), é de que a usina parou seu funcionamento desde o dia em que ocorreu o conflito, em maio de 2007. A empresa inglesa, compradora do óleo, responsável pela certificação da associação comunitária, não apareceu mais por lá. Uma das máquinas da usina quebrou e não conseguiram recursos por empréstimos bancários. O conflito continuava acirrado e a safra do buriti que iria ser processada e beneficiada - para retirada do óleo - foi perdida. Alguns comunitários venderam parte do que restou da safra, por conta própria, na estrada ou em Presidente Figueiredo.

A quem recorrer? Pelo que testemunhei, os comunitários se frustaram na perspectiva de agregar um valor maior ao seu produto, vendendo não a polpa do buriti mas o seu óleo. O que fazer? Os comunitários abandonaram outros meios de subsistência, como a pesca, para se dedicar a coletar e manejar o buriti. E, aqui, cabe, refletirmos sobre o outro lado da questão provocada pelas expectativas em relação ao lucro que obteriam com o buriti: suas casas possuem mais aparelhos eletrodomésticos, que o seu espaço comporta. Quem paga esta conta?

Não é fácil trabalhar com uma *tecnologia híbrida.* Introduzir um saber para operar uma nova tecnologia, absorvendo o conhecimento tradicional, requer um compromisso com *pessoas*, não só com *negócios* bem-sucedidos. Sobretudo, porque esta postura representa um caminho de desenvolvimento para comunidades que estão se inserindo no capitalismo flexível.

O campo do Design tem a desvendar vários projetos ao deparar com o processo de produção destas usinas. Por exemplo: vários subprodutos se perdem no caminho e são descartados pela comunidade. Mas, descobrir onde estão os problemas, para que sejam elaboradas as soluções nos microsistemas comunitários, requer disposição e um *outro olhar* para o Design. E é deste *outro olhar* que trataremos no próximo capítulo.

A falta de respeito, embora seja menos agressiva que o insulto direto, pode assumir uma forma igualmente ofensiva. Nenhum insulto é feito ao outro, mas ele tampouco recebe reconhecimento; ele não é visto como um ser humano pleno, cuja presença tem importância.

Quando uma sociedade trata a grande maioria das pessoas desta forma, julgando apenas alguns dignos de reconhecimento, é criada uma escassez de respeito, como se não houvesse o bastante desta preciosa substância para todos. Como muitas formas a de escassez, esta é produzida pelo homem; ao contrário da comida, o respeito não custa nada. Por que então haveria uma crise de oferta?[242]

[242] SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual.* Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004. parte um.